



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009375-03.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**  
 Requerente: **Cooperativa Educacional de São Carlos**  
 Requerido: **Carolina Helena Cabral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Cooperativa Educacional de São Carlos propôs a presente ação contra a ré Carolina Helena Cabral, pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 24.919,96, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares e demais taxas da aluna Isabella Cabral Amorin desde fevereiro de 2015.

A ré foi citada pessoalmente às folhas 31, não oferecendo resposta (folhas 32), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares e demais taxas discriminadas na planilha de folhas 8/9, por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da importância de R\$ 24.919,96.

O contrato celebrado entre as partes (folhas 05/06), bem como a revelia, presumem verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que celebrou com a ré contrato de prestação de serviços educacionais e que esta se encontra inadimplente com as parcelas vencidas desde fevereiro de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 24.919,96, devidamente atualizada desde a propositura da ação, pela tabela prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, devidos a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de outubro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**